

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE INICIADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

----- **ATA NÚMERO DEZANOVE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e três reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, Mário Joaquim Gomes Branco, Susana Maria Soares Paulo, David Filipe dos Santos Pinto, Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa e António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda.-----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques e Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano.-----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo, Paulo Carrapatoso Bordalo Amado e Alexandra Maria do Carmo de Abreu Salgado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – André Rui Dantas Carvalho. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes.-----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Amado. -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por António Carvalheda. -----

----- José Alberto da Conceição Reis, que justificou a sua ausência e foi substituído por David Pinto.-----

----- Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Vanessa de Sousa.-----

----- Sérgio Machado Morais de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Aquino de Noronha. -----

----- Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno, que justificou a sua ausência e foi substituído por Alexandra Salgado. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por André Carvalho. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião, dando continuidade ao. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 2 — Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 108/2023, relativa à aprovação dos Regulamentos dos projetos Desporto 18+ e Oficinas Desportivas para Crianças;**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era um programa já existente, mas carecia de regulamento que não tinha e, nessa medida, era proposto um novo regulamento. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Tesoureiro. ----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que estes regulamentos eram para dois projetos que já contavam na Freguesia com alguns anos de existência, mas que não tinham regulamento que pudesse ser consultado pelos inscritos. -----

----- No *modus operandi* que iam tendo, ano após ano, em particular no momento das inscrições, eram com muita regularidade confrontados com dúvidas por parte de quem se queria inscrever nos programas, nomeadamente no que dizia respeito ao número de vagas por modalidade, quem tinha ou não prioridade, quais os processos de inscrição, a documentação necessária, etc. -----

----- Estes regulamentos permitiam que o processo fosse mais transparente, podendo ser facilmente consultado por quem assim entendesse, nomeadamente por quem se interessava e pretendia inscrever-se nos programas, sendo obrigado à sua aceitação. -----

----- Como podiam consultar no ponto 6 do artigo 4º e nos pontos 2 e 3 do artigo 6º, a Junta de Freguesia de Alvalade, com a elaboração desses regulamentos, não pretendia substituir-se às entidades desportivas na Freguesia, mas sim trabalhar em conjunto com as mesmas, de forma a fomentar a prática da atividade física e desportiva em todos os escalões etários dos utilizadores. Contudo, tendo como prioridade sempre os Fregueses de Alvalade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a proposta tinha dois regulamentos e iriam votá-los separadamente, embora a discussão pudesse ser conjunta.

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que olhando para estes regulamentos e começando pelos respetivos preâmbulos, era sublinhada a promoção da atividade física e a sua relação com a promoção da saúde, o que era de saudar. Também era de saudar que a autarquia continuasse a escolher ter um papel neste caminho. -----

----- Era sublinhada a oferta gratuita e isso também era de saudar, porque começava a escassear nos serviços prestados pela Junta de Freguesia aos seus Fregueses. Tinha de saudar estes dois pontos. -----

----- Entrando no articulado, surgiram algumas dúvidas e assim, pedia quatro esclarecimentos ao Senhor Presidente. -----

----- No artigo 2º, referia as pessoas com morada de residência e vínculo laboral no concelho e, aí, parecia estarem a falar de um universo de um milhão de pessoas, em números redondos. -----

----- No artigo 3º, os alvaladenses só tinham prioridade no período inicial da inscrição, nos primeiros dez dias úteis. Ainda, no artigo 3º, três tipos de modalidades, atividade física, ioga e pilates, não se sabendo bem o que era essa atividade física. Ultrapassando isso, eram 25 inscritos por cada atividade, 75 vagas para um universo de um milhão de pessoas. -----

----- Perguntou, qual a razão de abranger todo o concelho, quando, abrangendo só Alvalade, já seria difícil de responder a todas as solicitações. -----

----- Quanto às parcerias, no artigo 4º e os protocolos no artigo 6º, com organizações que podiam ser de fora da Freguesia, também queria perguntar se esse ponto era um cheque em branco para protocolos que depois não viriam aqui, ou se mantinham o que devia ser, eventuais protocolos virem à Assembleia de Freguesia para aprovar. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que estes projetos já vinham do mandato anterior, apresentados por iniciativa dos eleitos do PCP, e eram exemplos daquilo que na CDU e no PCP defendiam para que existisse desporto para todos. Por isso, saudavam a sua manutenção pelo atual Executivo, incluindo a sua gratuidade, esperando que esta gratuidade se mantivesse e não fosse alterada durante o mandato.--

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a oposição procurar dizer mal, era normal, mas não era entendível alguma da lógica. Cheque em branco havia quando chegaram, sem regulamento, inscrições de pessoas de Massamá, do Cacém, de Queluz, do Seixal. A preocupação que agora era manifestada, pelos vistos quando exerciam funções com maior responsabilidade, não existiam.-----

----- Passava a ser um regulamento, que tinha regras e que previa prioridades, em que as pessoas residentes em Alvalade tinham prioridade, estava claro e escrito no artigo 3º. Acontecia que estavam a regularizar a atividade nos termos de uma prática muito mais transparente e coerente da administração pública, mais fiscalizável, mais segura para as pessoas que se quisessem inscrever e participar, coisa que não acontecia antes.-----

----- Estavam a pensar que não era perfeito, poderia ser melhorado, podiam atender todas as críticas que melhorassem tudo o que fizessem, mas em relação às questões que foram ali colocadas e às críticas que trouxeram não via razão de ser e, portanto, não podiam ser acolhidas.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o Senhor Presidente da Junta não tinha respondido a metade das questões. Aceitava que estavam a dirigir o protocolo a um milhão de pessoas, os alvaladenses tinham prioridade nos termos que referiu, mas continuava sem dizer se estavam a falar de 75 lugares, atividades com 75 vagas.-----

----- Outra que era importante, até pela preocupação que acabara de manifestar, que era a base para trazer ali o regulamento, era saber se os eventuais protocolos que podiam sair deste regulamento, por exemplo, para alargamento das atividades, se pretendiam com esta norma que fosse um cheque em branco para esses futuros protocolos ou não e se continuava a ser dirigido a todas as organizações, no caso da cidade, fora da Freguesia.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estava claro, eram 75 por disciplina, dentro das condições que se podiam garantir. Havia várias modalidades, cada uma tinha um limite de 75 vagas.-----

----- Em segundo lugar, não eram protocolos, porque as regras dos protocolos estavam na Lei das Autarquias e essas eram obrigatórias e inquestionáveis, concordassem ou não, eram para ser aplicadas. Além disso, a Freguesia tinha um regulamento que previa essas matérias e que era seguido, enquanto não fosse alterado.-----

----- Não era por uma proposta destas, que regulava uma atividade específica bem determinada, que se afastava qualquer outra norma ou qualquer outro regulamento e que se punha em causa a legislação aplicável. Estas propostas visavam, precisamente, adotar regras que permitiam ser fiscalizadas pelas pessoas, dar-lhe as garantias das condições de acesso e perder-se a arbitrariedade que existia, que a Junta podia decidir como bem entendesse e com quem bem entendesse, e não incluir três milhões e meio de pessoas, porque era a Área Metropolitana toda de Lisboa, que estava em causa.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que talvez fosse melhor o Senhor Vogal esclarecer, porque o Senhor Presidente certamente não leu o regulamento. No artigo 3º, número 11, dizia concretamente o seguinte: “*As aulas das modalidades de atividade física, ioga e pilates terão uma capacidade máxima de 25 inscitos, de forma a garantir uma correta gestão dos recursos materiais existentes*”. -----

----- A sua veia jurídica, como o Senhor Presidente quis salientar na sua intervenção inicial, até lhe diria que eram 25 inscitos para essas três atividades, mas mesmo assim, tinha feito uma leitura benévola e lia 25 em cada uma delas, por isso as 75 no total dessas três atividades. Não eram 75 vezes 3, eram 25 vezes 3, num total de 75, para um universo que não sendo de três milhões, era de um milhão. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que também era jurista e não era benévola, porque os conceitos seriam fundamentais na leitura da análise do direito. -----

----- As aulas, que podiam ser dez, cinquenta ou mil, as que fossem possíveis de ser dadas, cada uma das aulas tinha uma capacidade limitada, até pelo espaço, de 25 inscrições nessas modalidades. Não eram as modalidades todas, não era a disciplina toda, era cada uma das aulas, como se fosse numa escola, em que uma turma tinha uma sala com 25, ao lado estava outra com 25 e do outro lado estava outra com 25. Cada aula tinha o máximo de 25, porque era a capacidade dos equipamentos que tinham para oferecer, com garantias. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento do projeto Desporto 18+**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, MMA, CDU, BE e Chega) e 6 abstenções (PS) -----

----- Submeteu à votação o **Regulamento do projeto Oficinas Desportivas para Crianças**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, MMA, CDU, BE e Chega) e 6 abstenções (PS) -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 126/2023, relativa à celebração de contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa, em matéria de higiene urbana;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esta era uma das propostas que, quem conhecia a atividade das Freguesias de Lisboa, sabia bem, conhecida pela taxa de turismo aplicada. A proposta explicava como foi determinado o valor desde 2019, o valor de 166 mil euros de transferência da CML para a Junta de Freguesia de Alvalade, era para dar resposta às necessidades de higiene urbana que estavam identificadas. Atingia esse valor de acordo com a fórmula adotada e os critérios adotados, que já vinham do passado. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o PS fazia um apelo à direita, que habitualmente votava contra as taxas e taxinhas, que estavam perante um valor significativo, assim ele fosse bem usado no âmbito da higiene urbana pelo Executivo. --

----- Tiveram alguma experiência no Executivo anterior e essa receita acabava por ser significativa na atividade e no conjunto do financiamento da Junta de Freguesia. Era uma receita que resultava de uma taxa, a taxa municipal turística de dormida, uma taxa que não era aplicada aos alvaladenses, como outras taxas que a direita já aprovou. Era

verdade que reforçava o serviço público, que na Junta de Freguesia ainda era exercido maioritariamente por pessoas que trabalhavam em funções públicas. -----  
----- Era muito importante que esta proposta passasse e fazia esse apelo ao lado direito da Assembleia de Freguesia, porque era uma receita ainda avultada e significativa. -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o anexo B da proposta era muito interessante, com a caracterização da Freguesia neste aspeto específico dos alojamentos.  
----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----  
----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que era conhecida a posição da CDU sobre este assunto, eram contra esta opção, era insistir no erro promovido pela reforma administrativa, que dividiu os serviços de higiene urbana em vinte e cinco, vinte e quatro Freguesias, mais a Câmara Municipal. -----  
----- Estes contratos interadministrativos foram o expediente encontrado para resolver um problema com que as várias Freguesias se deparavam, e que era a ausência de meios para cumprir com as competências que lhes foram atiradas para cima no processo da reforma administrativa da cidade. -----  
----- Este expediente encontrado, insistir nesta solução, era insistir no erro que resultava dessa reforma administrativa. Foi um erro dividir os serviços da higiene urbana em vinte e cinco, a Câmara e vinte e quatro Freguesias. Perdeu-se escala, perdeu-se capacidade de dar uma resposta célere e integrada. -----  
----- Era necessário dar essa resposta global à escala da cidade, que tivesse capacidade para intervir de forma coerente, local, em todas as Freguesias, respondendo às necessidades da cidade e adequando o trabalho e os trabalhadores de forma a dar uma resposta aos vários problemas que iam surgindo, porque a verdade era que, mesmo com estes contratos interadministrativos, continuavam a ter uma situação em que as queixas se multiplicavam neste domínio. -----  
----- Na opinião da CDU a solução passava por assegurar que esta, sendo uma área estrutural, devia ter a resposta assegurada pela Câmara. Consequentemente, como tinham feito noutras ocasiões sobre questões relacionadas com a reforma administrativa, iriam votar contra. -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o apelo feito antes, não era tanto à direita, mas à esquerda. -----  
----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----  
----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que o Senhor Presidente lhe tinha tirado o palco, porque realmente ia dizer que a esquerda precisava mais desse conselho do que a direita. A proposta vinha de um Executivo de direita na Câmara Municipal. -----  
----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes. -----  
----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” ia votar a favor desta proposta, mas queria fazer uma declaração de voto relativamente ao que o Membro Mário Branco do PS disse. Quando apelou a todos os partidos da direita, esqueceu-se que havia um movimento de independentes, que não eram da direita, nem da esquerda, nem do centro. -----  
----- Isto era uma questão de respeito, o MMA era pela Freguesia. -----  
----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----  
----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que lhe causava alguma estranheza que fossem eleitos para uma autarquia local, para uma Assembleia de Freguesia, e fossem ali colocar em causa a importância destes CDCs, como acabou de ser feito pela CDU,

por entenderem que este tipo de questões devia ser resolvido diretamente pela Câmara Municipal.-----

----- Do seu ponto de vista, não fazia sentido um partido político ou um indivíduo, que estivesse bem com a sua consciência, candidatar-se a um órgão, para depois dizer que, afinal, esse órgão não devia desempenhar determinadas funções, e que essas funções deviam passar para a Câmara Municipal, quando eram a autarquia mais próxima dos Fregueses.-----

----- Se havia uma necessidade para a cidade e uma necessidade para a Freguesia, fazia todo o sentido essa atribuição de competências por parte da Câmara Municipal às Freguesias, quem mais estava próxima dos Fregueses, por circunstância daquilo que era.

----- Relativamente a este CDC, ainda para mais, estavam a falar da atribuição de uma verba proveniente da taxa turística, todas as Freguesias tinham um valor mínimo a receber. Alvalade até ia receber acima desse valor mínimo, eram 166 mil euros, quando o valor mínimo a distribuir por Freguesia era de 120 mil.-----

----- Parecia-lhe que nem fazia sentido votar-se contra, o que se poderia estar a querer dizer? Votavam contra a Freguesia, que não devia receber valor nenhum, ou a opção era votar contra, porque entendiam que a Câmara Municipal devia tomar conta sozinha da cidade.-----

----- A questão era, que neste CDC, a Câmara Municipal fez um estudo, considerou inclusivamente, as zonas da Freguesia que mereciam um maior cuidado a nível de limpeza, como por exemplo a Avenida de Roma, a Frei Miguel Contreiras, Conde Sabugosa, Doutor Gama Barros, Travessa Henrique Cardoso.-----

----- A Junta de Freguesia assumia obrigações perante a Câmara Municipal relativamente a essas ruas e avenidas, mas também relativamente a outras. A Junta de Freguesia era obrigada a apresentar relatórios trimestrais sobre essas ações de limpeza, e mediante os relatórios que apresentava à Câmara Municipal, esta continuava a atribuir-lhe uma verba.-----

----- Não conseguia compreender como se podia ir ali dizer que se era contra a Câmara Municipal atribuir financiamento às Juntas de Freguesia para exercerem as suas funções, nas melhores condições possíveis.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que, em relação ao relatório que o Senhor Presidente da Assembleia louvou, pensava já ser a terceira vez que vinha à Assembleia. Um relatório muito interessante, porque já nos mandatos anteriores, quando este mecanismo de financiamento das Freguesias foi criado, esse estudo já vinha. Algumas coisas estariam repetidas, outras foram atualizadas, mas era o mesmo estudo muito interessante, que já tinha vindo ali, quando este programa de financiamento pelo trabalho extra que as Freguesias da cidade tinham, resultante da procura turística.-----

----- A partilha dessa receita foi feita no anterior mandato. Com a criação da taxa turística rasgou as vestes, aliás o CDS baptizou as taxas e taxinhas, mas agora davam muito jeito para financiar a Freguesia.-----

----- Tinha gostado muito da intervenção do Membro Miguel Henriques, e o que apelava era que tentasse convencer o Senhor Presidente da Câmara a ter essa atitude para receber a responsabilidade de fazer as obras da Eugénio dos Santos, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara fugia de as fazer, porque dizia que, embora a competência fosse da Câmara, não era a obra.-----

----- Apelava a essa narrativa, que concordava e tinha ficado muito tocado pelo que disse, mas que de facto conseguisse levar esse discurso ao Senhor Presidente da

Câmara, de forma a que a Câmara assumisse a sua responsabilidade, fizesse as obras na Eugénio dos Santos e depois na Gago Coutinho, que também merecia. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que não era muito de utilizar esta tribuna para responder, mas a intervenção do Membro do PSD Miguel Henriques levava-o a ter esta intervenção. -----

----- Quando se discutiu a reforma administrativa, defenderam que a cidade seria mais bem servida, haveria maior proximidade com os Fregueses com as 54 Freguesias que existiam, do que com as atuais 24. Opuseram-se a isso e continuavam a opor-se e em coerência, tudo o que envolvesse questões criadas por essa situação, opor-se-iam e votariam contra, mas sugerir que, pelo facto de serem contra a reforma administrativa, não deviam concorrer democraticamente, isso era ir longe demais. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 126/2023, relativa à celebração de contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa, em matéria de higiene urbana**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 3 votos contra (CDU e BE)-----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 127/2023, relativa à celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa, para recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, eco-ilhas, ecopontos subterrâneos e vidrões;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esta transferência de verbas para que a Freguesia operasse e tomasse algumas iniciativas, espelhava muito melhor a complementaridade que devia existir com a autarquia de Lisboa, que atingia o território todo da cidade. Era uma metodologia de cooperação.-----

----- Admitia a coerência do PCP a nível doutrinário e do ponto de vista de princípios, só que em democracia as maiorias parlamentares dos partidos maiores, no caso o PS e o PSD, entenderam que o bem comum seria melhor gerido através de uma partilha de responsabilidades e de uma cooperação. -----

----- Não havia uma exclusividade absoluta da CML, nem das Juntas de Freguesia. Haveria erros e falhas, isso sabiam sempre que havia, mas esse conceito de proximidade e de partilha de responsabilidades e deveres foi feito com o objetivo de servir melhor os cidadãos. Ambos colaboravam e concorriam para que a higiene urbana funcionasse melhor. -----

----- Podiam não estar de acordo, mas era uma tentativa, e todos eram chamados a responder, a alcançar esse objetivo. Na proposta que apresentavam, esta característica da filosofia que presidia a estas decisões do PS e do PSD na Assembleia da República, à época, visavam precisamente esta partilha. -----

----- De facto, a responsabilidade principal na recolha dos ecopontos e das ilhas era da CML, até porque tinha os equipamentos pesados, as máquinas. Do ponto de vista da economia de escala, se calhar, fazia mais sentido do que ter 25 Freguesias com equipamentos daquele peso. Se pudessem, era o ideal, mas economicamente podia ser muito difícil. -----

----- Como era da natureza das pessoas e das coisas, havia falhas, as pessoas não depositavam os resíduos todas no sítio devido, por vezes até não cabia, de maneira que sobrava para o espaço público e para a comunidade, o lixo ali espalhado.-----

----- A entidade mais próxima, a Freguesia, era chamada a colaborar, e via isso como uma colaboração e cooperação, em que as instituições públicas colaboravam entre si e

concorriam para o mesmo objetivo, que era servir melhor as populações. Era isso que estava em causa.-----

----- Isso não era nenhuma novidade, vinha desde 2014, e resultava da reforma administrativa. Admitia que a CDU tivesse os seus princípios, foram contra a reforma administrativa, mas a obrigação era servir melhor a população, com os meios que tinham ao seu alcance, e era isso que estava em causa nesta proposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que esta proposta tinha, na sua cláusula 8ª, a referência a anexos que não estavam juntos e não via essa referência em nenhuma das outras cláusulas, por isso, deveria ser para outra Freguesia. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que, se estava incompleta, não poderiam votar, ou votariam uma coisa incompleta e depois não teria validade. Esse era o primeiro pedido de esclarecimento. -----

----- Em relação às opções políticas, competia a qualquer partido e movimentos de cidadãos terem opções políticas, que podiam ser tomadas numa dada conjuntura e num dado tempo. Essas opções políticas não perdiam necessariamente a sua validade por o tempo e a conjuntura se terem alterado. -----

----- Contrariamente ao que foi dado a entender, continuariam a tê-las e a exercê-las, e não esqueceriam nunca de o fazer. Isso referia-se à CDU e às forças que a constituíam, o PCP e o PEV. -----

----- Em relação a esta delegação de competências em particular, e pegando naquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia disse, realmente a partilha de responsabilidades e a colaboração entre as várias entidades sempre existiu e tinha que existir sempre. Mesmo quando estava centralizado, não era por isso que a Junta de Freguesia não podia indicar que estava algo a correr mal ou que era necessário um suplemento de trabalho por causa de haver um jogo no estádio do Sporting e mais lixo e resíduos espalhados. -----

----- Eram opções diferentes e continuavam a tê-las. A proximidade não morria por haver uma centralização de uma parte do sistema autárquico e de resposta do sistema autárquico. -----

----- Era uma tentativa, e pelas informações que recebiam dos cidadãos, não tinha resultado tão bem. Os resíduos eram a maior fatia de reclamações que os ativos da CDU, que trabalhavam todos os dias na Freguesia, recebiam diretamente de cidadãos. Era raro o dia em que não havia alguém a dirigir-se nesse sentido. Portanto, alguma coisa ainda não estava a funcionar e ainda estavam na tentativa. -----

----- A questão da escala era importante, mas essa era a opção que estava a ser tomada e a CDU votaria contra, não se reviam nela, achavam que não funcionava e continuava-se a colocar a questão sobre se essa seria a melhor solução para a população. Achavam que não e pelas reclamações que recebiam, parecia que não era só a CDU. -----

----- Consideravam que esta solução não era para resolver o problema da falta de limpeza. Foi implementada no mandato anterior e entendiam que não surtiu efeito, continuavam a existir muitas queixas em relação à falta de limpeza, era um serviço que devia estar na CML e, nomeadamente, por causa das questões de escala, de apoio e de colaboração, que nem sempre existiam entre as Juntas de Freguesia, na disponibilização de recursos e de equipamentos. Não fazia sentido face à escala dos problemas que existiam na cidade. -----

----- No fundo, havia uma situação, que era compensar algo que nasceu mal com a reforma administrativa, que foi a falta de atribuição dos meios financeiros suficientes. Estes CDCs eram, no fundo, uma forma de compensar, e isso era um princípio errado,

se davam a gestão, tinham de dar o dinheiro suficiente para que essa gestão pudesse ser bem executada, e no entender da CDU, isso não aconteceu. -----

----- O caso da higiene e limpeza urbana era gritante e por isso viam que essas transferências eram necessárias e tinham de ser feitas. Claro que variava, dependia dos contentores, dos ecopontos, mas isso era pouco relevante, porque o que estava errado era a estrutura em que estavam aplicadas essas delegações de competências. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que certamente o Presidente da Junta teria lido o contrato que ali apresentava, pelo menos melhor do que o regulamento do ponto 2, estaria mais certo dos números, e saberia que se mantinha o valor do contrato anterior, mas em 2023 os custos já aumentaram substancialmente. -----

----- Havia uma crença de que as necessidades diminuíram. Perguntou se o Senhor Presidente da Junta teve alguma intervenção ou se fez alguma coisa, para que de outro modo tivesse acontecido, mas se não tendo sido bem-sucedido, pelo menos lutou por isso, era o que gostaria de saber. -----

----- Outra questão também de números, esperando também não embarçar, relativamente às viaturas da higiene urbana, saber quantas eram atualmente, além da viatura ligeira de transporte de pessoas. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que esta proposta vinha da Câmara.-----

----- Em termos de higiene urbana, herdaram um quadro e não houve alterações, os funcionários eram competentes e sérios e continuavam em exercício de funções. Estavam com 44 operacionais na rua. -----

----- Em final de julho, se este contrato for aprovado, teriam mais três. No final do ano, já estava em concurso, mais dois, e quando se consolidassem as pessoas que estavam em mobilidade, permitia a entrada para o quadro, em situações não precárias, mais dois. Até ao final do ano seria possível, se essas condições se confirmassem e o contrato fosse aprovado, passar de 44 para 51, por enquanto. -----

----- Todos tinham razão em afirmar, mas não era uma coisa nova, fossem intelectualmente honestos, que eram insuficientes os recursos existentes na higiene urbana da Cidade de Lisboa. Partilhava essa preocupação com todos os Presidentes de Junta, de todos os partidos. -----

----- O problema do lixo era complexo, dependia sempre de pessoas, de recursos e de equipamentos, mas essencialmente de pessoas. As respostas seriam mais eficazes, quanto maior capacidade houvesse de recrutar mais pessoas. Até lá, não valia a pena enganar as pessoas, com os meios que havia, tinham que fazer o melhor esforço possível e dentro do quadro legal que tinham de operar, era aquele que permitia garantir que conseguiam fazer, passar de 44 para 51 operacionais até ao final do ano. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o Senhor Presidente da Junta dizia ter herdado esta situação, mas já foi em 2021, e estavam a meio de 2023, teve um ano e meio para fazer o que achasse relevante. Não foi por causa da disponibilidade do Executivo anterior em dar os seus contributos, que aliás foram dados também na Assembleia de Freguesia. -----

----- Devia alertar, que os três recursos com os quais estava a contar, em princípio, as três pessoas já lá estavam, porque o contrato já vigorava. Havia um contrato anterior,

cujos termos eram semelhantes, aliás eram provavelmente decalcados, e essas três pessoas já deveriam estar a exercer funções.-----

----- Mais pessoas para melhorar a higiene urbana, se o Senhor Presidente da Junta tivesse preservado bem o seu sistema de gestão da qualidade do serviço de higiene urbana poderia consultar a sua evolução desde 2015 ou 2016, talvez em 2015 os dados ainda não fossem muito densos, mas de 2016 em diante, e poderia relacionar o aumento de recursos humanos que houve desde essa altura, com as alterações significativas que aconteceram, e nomeadamente quanto ao horário de trabalho, em que a pessoas deixaram de fazer 35 horas semanais para passar a fazer 30. Foi necessário intervir na forma de trabalhar, na forma de gerir os horários dos trabalhadores, nessas condições, com um trabalho de características muito difíceis, para que pudessem trabalhar menos horas semanalmente.-----

----- O Senhor Presidente da Junta poderia constatar, consultando os relatórios da gestão da qualidade, que teria havido um duplicar dos resíduos retirados da rua ao longo dos anos. Rondariam, em 2015/2016, os 400 metros cúbicos mensais, chegando a atingir mil e mais de mil metros cúbicos mensais, a certa altura, mas em média eram cerca de 400, para cerca de 700. Isso não resultou apenas do aumento do número de pessoas, mas o trabalho que foi feito nesse sentido e o resultado que se obteve com essa gestão, foi a que o Senhor Presidente da Junta herdou em 2021, e relativamente à qual, pelos vistos, estava a conseguir fazer pior do que aquilo que se fazia nessa altura. -----

----- Tinha perguntado ao Senhor Presidente da Junta se fez alguma coisa relativamente a este valor e quantas viaturas a Junta de Freguesia tinha ao seu serviço neste momento, com exceção das viaturas de transporte de pessoas, uma vez que também neste contrato se previa a aquisição de uma viatura. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que gostaria de questionar o Executivo pela razão de estar a admitir mais trabalhadores, qual a razão por que não seguiam as boas práticas de alguns municípios, que já faziam isto com muito êxito, nomeadamente algumas socialistas, contratando empresas prestadoras de serviços, que faziam a recolha do lixo por lotes, por áreas, e tinha resultado. Não havia problema nenhum em seguir práticas do PS, quando eram boas. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que era só para ajudar o Senhor Presidente da Junta, não se podia sub-contratar em grande medida, como foi ali proposto, porque no auto de transferência de competências de 2013, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, excetuando a do Parque das Nações, porque era uma situação diferente e que estava totalmente externalizada, assinaram com os sindicatos um acordo, a dizer que iriam manter os serviços internalizados.-----

----- Era por isso que em Lisboa, excetuando o Parque das Nações, que foi criação de uma Freguesia nova, com adição de território a Lisboa, metade era Concelho de Loures até 2013, que não se devia externalizar. Se achassem que era uma boa solução, esperava que os sindicatos depois dessem uma boa resposta. -----

----- Esse contrato já existia em 2022, bastava ver o relatório que o Senhor Presidente assinou. Estava lá a parte das receitas, tinha 100 mil euros previstos e recebidos e muito bem, mas já existia. Queria dizer que já existia a receita, já existia a despesa. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, segundo as informações que tinha confirmado, eram mais três pessoas, do que os três que já lá estavam. Ninguém iria sair, mantinham-se os três do contrato administrativo do ano anterior, que estava em vigor. Com a renovação, iriam entrar mais 100 mil euros, o que o permitiria, foi o que lhe disseram e admitia se estivesse errado, mas com isto poderiam contratar mais três trabalhadores no âmbito do CDC, a que seriam acrescentados mais dois, que estavam em processo de concurso e mais dois quando fosse consolidada a mobilidade que estava em curso. -----

----- Reiterava o que disse e que já tinha dito quando foi a discussão sobre esta matéria, teriam 51 operacionais na rua, independentemente do encarregado geral, encarregado operacional, essas coisas todas. -----

----- Quanto aos equipamentos, a Senhora Vogal não gostava de falar e deu-lhe essas informações, que em termos gerais parecia não haver nenhuma baixa e iria acrescentar uma viatura que estava prevista neste contrato, não havendo qualquer diminuição do material existente. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que sobre a quantidade de viaturas, só chamava à atenção, que depois era difícil obter motoristas. Esperava que tivessem muito sucesso, mas devia dizer que era difícil. -----

----- Tinha ficado um pouco confuso, porque se havia um fluxo de 100 mil euros em 2022, que correspondia a um conjunto de recursos, nos quais os três assistentes operacionais e os restantes custos de funcionamento, se era a mesma quantidade de dinheiro, na verdade não havia um adicional de três pessoas, eram as mesmas, a mesma quantidade de recursos. Se 100 mil euros em 2002 pagaram três pessoas, em 2023 e 2024 e 2025, esperava que este CDC fosse ali todos os anos, havia a garantia de serem sempre três pessoas, e era bom, mas não se adicionavam pessoas. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que também tivera essa dúvida. Era um contrato temporário e a Junta faria o esforço de manter e de acrescentar, porque esse dinheiro permitia acrescentar. -----

----- Estavam sempre a criticar, mas o povo já julgou e julgaria também os atuais. Portanto, deixassem que as pessoas apreciassem ou não, criticassem ou apreciassem aquilo que eram capazes de fazer. -----

----- A palavra que dava e se falasse seria criticado e denunciado, era acrescentar mais três aos que já lá estavam no âmbito do contrato do ano anterior e que estava em curso, para que no final do ano tivessem 51 e atualmente só tinham 44. Era esse o compromisso que assumiam e sempre que fosse possível integravam nos quadros, nomeadamente aqueles que estavam em concurso e aqueles que estavam em mobilidade. Quando não era possível, mas como eram necessários e justificado até do ponto de vista legal, iam ao abrigo do CDC. Mantinham e não dispensavam nenhum porque precisavam deles. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 127/2023, relativa à celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa, para recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, eco-ilhas, ecopontos subterrâneos e vidrões**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 3 votos contra (CDU e BE) -----

**----- Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 133/2023, relativa à celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, com vista ao desenvolvimento de intervenções no âmbito dos Eixos Programáticos “Territórios Próximos”, “Territórios Sustentáveis”, “Territórios Dinâmicos”, “Territórios Solidários” e “Territórios Saudáveis”;**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estes CDCs eram vulgarmente conhecidos como CDCs de mandato. Como era do domínio público e foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro Carlos Moedas, contemplavam as 24 Freguesias, num valor global de 50 milhões de euros para esse mandato, e como também estava expresso e facilmente verificável, era atribuído a todas as Freguesias que apresentaram projetos concretos. -----

----- Apreciava-lhe registar que estavam entre as quatro Freguesias que conseguiram captar financiamento e justificar esse financiamento em valores superiores a três milhões de euros. No caso concreto de Alvalade, eram 3.048.000 euros. -----

----- Devia dizer, que queriam mais, apresentaram trinta projetos. Tinha de dar uma palavra de agradecimento aos serviços da Junta de Freguesia, todos os pelouros conseguiram elaborar um conjunto de projetos, todos eles foram considerados úteis e necessários, mas os meios nunca eram suficientes para tudo. Tiveram de estabelecer prioridades e, nesse sentido, houve atenção às expectativas criadas aos cidadãos, até já em mandatos anteriores. Eram projetos partilhados por várias sensibilidades ou forças políticas e que podiam, por isso, merecer o reconhecimento de toda a comunidade, independentemente da opção política que tivessem tomado. -----

----- Estava nesse caso, o Parque José Gomes Ferreira, que previa a atribuição de uma verba de 820 mil euros. Já vinha de mandatos anteriores, expressa a necessidade de uma intervenção transversal em toda a Mata de Alvalade. A proposta que se apresentava incluía a revisão da rede de caminhos pedonais, com substituição e melhoria de pavimentos existentes e que se encontravam bastante degradados, e a recuperação e execução de valetas de drenagem. Pretendia-se igualmente, implementar diversas melhorias no mobiliário urbano, nomeadamente nos recipientes de deposição de resíduos e na vedação em madeira, nos passadiços, para além da sinalética. -----

----- A proposta pretendia também a utilização das casas-de-banho públicas, até agora inexistentes, com a adaptação das estruturas da chamada casa de função. -----

----- Estava ainda previsto, na requalificação da Praça de Alvalade e separador central da Avenida de Roma, entre a Avenida do Brasil e dos Estados Unidos da América, no valor de 171 mil euros. O objetivo era colocar mais verde nessa localização central da Freguesia, eliminando ou mitigando o que se designava por ilhas de calor. -----

----- Também era uma proposta que resultava de considerações e preocupações reconhecidas por várias forças políticas, tendo sido mesmo assumido por alguns partidos, nomeadamente o PS na campanha eleitoral, onde até apresentou uma imagem em 3D sobre esta matéria. -----

----- O estudo prévio também foi realizado pelos serviços da Junta. Os técnicos da Junta mereciam o reconhecimento. -----

----- Estava também prevista a acalmia de tráfego na Avenida Dom Rodrigo da Cunha e Santa Joana Princesa, ali bem próximo, e também um projeto que já vinha pensado e prometido anteriormente. O estudo prévio foi já realizado pela CML e o valor estimado tinha por base a consulta informal ao mercado. -----

----- Era ainda prevista a requalificação do espaço público dos Coruchéus, que ardeu e era uma coisa que não estava prevista. Fez-se um inquérito à população decorrente do

incêndio e face a esse incidente era preciso reformular o espaço, requalificá-lo e dar-lhe utilidade pública. -----

----- Tiveram em atenção as intervenções no Bairro das Caixas, concentraram na célula 1 do antigo plano de urbanização e pretendia-se agora requalificar um espaço localizado na célula 2, nomeadamente o quarteirão definido pelas ruas Afonso Lopes Vieira, António Patrício e Alberto Oliveira e o limite tardoz dos lotes da EB Fernando Pessoa e do Conselho Nacional da Educação, numa intenção que já vinha também sendo anunciada anteriormente. -----

----- Nesse espaço, estavam localizadas as instalações da Junta afetas ao Clube Cultural e Recreativo dos Coruchéus, que sofreram o incêndio e a Junta assumia o compromisso de requalificar o espaço. O inquérito que foi feito, orientava-os no sentido de dar resposta às necessidades sentidas pela população, se foi ouvida, tinha que, pelo menos, ser tida em atenção, não podia ser uma mera formulação política, para inglês ver. -----

----- Estava prevista também, a requalificação do campo de jogos da Teixeira de Pascoais, uma necessidade que já tinha também sido inscrita no anterior CDC de mandato, mas que não foi concretizado. Os técnicos foram convidados a ir lá fazer uma visita e uma análise e consideraram que a intervenção era urgente, o edifício tinha problemas estruturais sérios e era necessário conter o talude para que o edifício pudesse não ruir. -----

----- Essa preocupação era sentida pelos moradores e pelos utilizadores daquele espaço e era obrigação dar resposta e requalificar o espaço, para que pudesse ser fruído pelos pais, pelas crianças e por todas as pessoas. -----

----- Estava previsto também, nesse espaço, concluir, respeitando as condições e os requisitos estabelecidos pelo IGAC, a requalificação do auditório Edmundo Pedro, onde estavam. Constava do dossier de transição de mandato e conseguiriam agora realizar, para dar cumprimento a essas regras e para que ali pudessem ser realizadas outras atividades culturais. Alguns constrangimentos não permitiam, por enquanto, que se realizassem ali. -----

----- Havia os projetos na área da educação, que alguns eram únicos, foram projetos pioneiros na Freguesia de Alvalade, no domínio da educação e, nomeadamente no domínio das ciências, o estudo da robótica, estudo aplicado no laboratório e também uma componente que parecia fundamental e era consensual atualmente, no mundo civilizado, a aprendizagem formal no ensino de algumas artes, nomeadamente da música. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que era o CDC para o mandato 2023-2025. Havia um ligeiro crescimento do envelope total em relação ao mandato anterior, o que louvavam. -----

----- Também notavam que 30% do critério de atribuição desse valor esteve associado com a execução dos CDCs anteriores, eram essas as regras que a Câmara definiu. Representava que a execução no mandato anterior foi feita com muito rigor e com muita energia. Os votos que deixava, era que conseguissem executar este CDC e que mantivessem o elevado desempenho que houve no mandato anterior. -----

----- Recomendava que os projetos fossem discutidos com os residentes em sessões públicas e que os mesmos fossem envolvidos na definição das soluções a implementar. -----

----- Havia esse financiamento previsto e o Senhor Presidente da Junta, por vezes, tentava torcer a forma como respondia, mas o PS não era contra nenhuma das coisas que estavam escritas no eixo 4, daquelas que o Senhor Presidente da Junta acabou de referir.

Era uma opção política, concordavam com ela e iriam votar favoravelmente o CDC, nada disso estava em causa. -----

----- A questão era que, criando essa oferta nas escolas e terminado o financiamento desse CDC, que era para os anos 2023, 2024 e 2025, criava-se uma expectativa nos jovens e nas escolas e nas famílias, mas não estava garantido o financiamento a partir do final do CDC. Por isso, normalmente, faziam-se coisas que eram contidas no tempo, porque depois não se tinha garantia de continuidade. -----

----- Não estava a dizer que no próximo mandato não se conseguisse um novo CDC e manter os programas, mas era uma coisa que o preocupava, porque era criada uma expectativa na comunidade escolar e nas famílias, e muito bem, porque teriam essas aulas e, com certeza, seriam muito úteis para todos, no ensino da música e da robótica, nada disso os afastava, mas era uma preocupação, porque depois seria difícil de manter. Era essa a pergunta, qual a visão que havia sobre isso.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Paulo Amado. -----

----- **Membro Paulo Amado (CDS-PP)** disse que a intervenção da bancada do CDS tinha como objetivo realçar a importância da implementação de medidas desta verdadeira descentralização. Verificavam que nesta proposta do Executivo estava suficientemente realçado, com a adequada sustentação, que as intervenções preconizadas nos designados territórios próximos, sustentáveis, dinâmicos, solidários e saudáveis, se baseavam nos princípios ESG. -----

----- Esses princípios caracterizavam e valorizavam uma boa governância, contemplando melhoramento nas áreas do ambiente e da responsabilidade social, sem esquecer os melhoramentos na área de segurança de pessoas em termos de mobilidade, inovadoras atividades educativas, tal como o Senhor Presidente da Junta referiu, atualmente fundamentais do foro das STEM e das artes, não só da teoria musical para enquadramento e motivação, mas também a sua prática instrumental, criando novos públicos, inerentes a uma boa e racional governância dos recursos existentes.-----

----- Quanto às requalificações enumeradas das construções diversas nos eixos de atuação 1 a 5, também estavam científica e tecnicamente justificadas, sendo importante que mostrava a diligência de cumprir, concretizando com pormenores de boa prática e de acordo com a legislação em vigor, o seguimento das normas ESG, bem assim, como a importância dada à cultura e, designadamente, à cultura científica, faziam parte dos princípios e valores inerentes à metodologia dos trabalhos do CDS, contribuindo assim para proporcionar bem-estar e segurança dos cidadãos.-----

----- Divulgavam esta identidade do CDS, que era um partido experiente na área das autarquias. Confirmavam que, por esses factos, votariam a favor da proposta da coligação “Novos Tempos”, sobre a descentralização de competências, exercendo assim o direito ao exercício da cidadania, porque a encaravam como um dever. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que em relação à parte das intervenções pedonais não sabia se já havia projetos. No geral, falou-se em projetos que já existiam, mas perceber até que ponto eles estavam ou não, porque acompanhava aquilo que disse o Membro José Ferreira ao nível da execução. Era muito pouco tempo para executar este orçamento todo, tendo ainda para mais, por base, a necessária consulta pública que começou bem, na parte dos Coruchéus. -----

----- Foi referida uma lista de trinta projetos e gostaria de ver, se fosse possível partilhar. Tinha procurado no site da Assembleia Municipal, no site da Câmara, não conseguira

encontrar, mas podia ser uma falha sua, podia não estar divulgado, mas estavam em Portugal e era bem possível que pudesse não acontecer.-----

----- Em relação às intervenções pedonais, perguntar se tinham os projetos. Havia algumas questões relativamente aos conflitos que podiam existir entre os peões, os automóveis, as bicicletas. Portanto, perceber até que ponto as ciclovias também estariam envolvidas no desenvolvimento desses projetos, separando, se calhar, os riscos, mas garantindo a mobilidade em bicicleta segura e saudável. -----

----- O teatro em cada bairro era um projeto interessante, a CDU sempre pugnou por haver mais equipamentos culturais, e abrir a cidade à cultura, era reconhecido por todos e ao nível nacional. Pergunto porquê a sala de Santa Joana Princesa, existindo já outras. Perceber porquê aquela e não outras, porque havia outras salas que podiam ser recuperadas. No início do mandato falou-se na eventual aquisição do Cinema King, etc. e, portanto, havia questões que mereciam ser esclarecidas, ou pelo menos uma indicação dessa atividade. -----

----- Em relação à Praça de Alvalade e ao separador central, realmente eram a favor que existisse mais verde, defendiam o verde que já lá esteve, apesar de ser pouco, eram umas laranjeiras, mas defendeu-se na altura esse, e que pudesse ser complementado. A retirada dessas árvores foi da última gestão do PSD. -----

----- Saudavam essa reversão e queriam mais espaços verdes para aquela zona, saber que projeto se antecipava aí e até que ponto entrava com a mobilidade também, ou não, se iam baixar a altura do separador para as pessoas poderem voltar a passar por lá e de que modo isso estaria pensado fazer, no fundo, uma parte do programa que a CDU apresentou e que era a ligação entre os vários bairros, a ligação e a fluidez do movimento pedonal. -----

----- O Membro José Ferreira tinha colocado a questão dos territórios solidários, a questão das escolas. Tinha uma pergunta no mesmo sentido, como se integrava, mas essa pergunta já foi colocada e reforçava-a.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que estes CDCs não esgotavam as obrigações e os objetivos, os compromissos e os projetos, que uma Junta de Freguesia queria desenvolver, e alguns até assumidos como compromissos perante os cidadãos, que tinha de procurar por todos os meios legais e éticos cumprir.-----

----- Era uma estratégia que já vinha do Executivo municipal anterior e entendia-se isso como uma estratégia de cooperação, de transferência de competências, para em conjunto, a cidade no seu todo, ter melhores condições de vida e melhor capacidade de resposta às necessidades coletivas. -----

----- Claro que cada Freguesia tinha obrigação, não tendo uma visão paroquiana com fronteiras, de atender particularmente às necessidades dos seus residentes, das pessoas que viviam, trabalhavam e moravam ali. -----

----- Naturalmente, que em política e num Estado de direito democrático, como era o caso, felizmente, as expetativas eram criadas e tinham de ser responsabilizados, todos os políticos tinham de se responsabilizar perante os cidadãos. Essas matérias da educação, da cultura e, atualmente, em particular no século XX, as questões da defesa e preservação do meio ambiente e da melhoria de condições da qualidade ambiental, eram questões civilizacionais, que ultrapassavam as questões doutrinárias ou ideológicas.-----

----- Como dizia um guru hindu, “*o ananás é muito bonito, mas imaginemos o mundo se só tivesse ananases*”. Tinha que haver estratégias diferentes para objetivos que pensavam ser mais bem alcançados com a sua estratégia. Era assim que se diferenciava

o confronto político em democracia, e bem, tendo consciência que nenhuma das posições assumidas era perfeita. -----

----- Neste sentido, parecia que as questões ligadas ao ensino da ciência e à promoção da curiosidade e do conhecimento científico e da criação de mentes abertas a essa experimentação e investigação, era tão consensual no mundo, já milhões de páginas foram escritas por pessoas que sabiam muito mais da importância dessas estratégias em diferentes correntes doutrinárias e políticas. Também, nesse sentido, a aprendizagem da música e das artes era cada vez mais importante, da música então havia tantos estudos, tantos resultados já palpáveis do ponto de vista do método científico, que avaliava depois os resultados e as consequências dessas estratégias, parecia que independentemente das diferenças positivas, e ainda bem que existiam em democracia, eram objetivos partilhados por várias forças políticas. Depois, tinham os cidadãos, que avaliavam, exigiam e que gostariam que fossem cada vez mais capazes de exercer uma cidadania ativa, exigente e responsável, e os políticos tinham que responder a isso. -----

----- Não tinham a certeza absoluta de nada, que daí a dez ou vinte anos haveria robótica ou outras necessidades e apostas que tinham de ser criadas, mas estavam convencidos que esse era o caminho que todos queriam, com diferentes estratégias, partilhar. Não parecia que houvesse aí uma rutura ideológica, nenhuma diferenças muito grandes. Aliás, começaram por dizer que não eram contra, mas que garantias tinham que daí a quatro anos haveria as garantias que tinham de dar aos cidadãos? Depois veriam se cumpriam ou não. -----

----- Do seu ponto de vista, pensava que era um objetivo cada vez mais partilhado por diferentes partidos políticos, era pelo menos essa a sua perceção da realidade. Tanto nas artes, como na ciência, a aposta e o investimento na criação dessas condições parecia algo que, com diferentes estratégias, era um objetivo partilhado por várias forças políticas e diferentes ideologias. -----

----- Tinham também de ser realistas e havia determinado tipo de investimentos cujo montante era muito necessário inicialmente, depois a gestão regular e permanente não era tão exigente. Por exemplo, quando se investia em equipamento, não era todos os anos, quando se investia em determinadas condições estruturais, não era todos os anos. Portanto, havia questões que permitiam uma gestão mais equilibrada. -----

----- Estavam a propor investimentos, por exemplo no Parque José Gomes Ferreira, mas não se esgotava, havia outras necessidades de intervenção nos espaços verdes da Freguesia, havia outros projetos que estavam estudados pela Câmara e em curso, nomeadamente. -----

----- Uma das coisas que já pedira, de uma forma até bastante assertiva, era que fosse explicada à população de Alvalade, de forma clara, transparente e pública, o que era a requalificação da ligação de toda a zona do Campo Grande à Alta de Lisboa. Iria mudar radicalmente todo o urbanismo e a gestão urbanística daquele território, que também implicaria espaços verdes e outros. -----

----- A cidade era uma dinâmica constante de alterações e de mudanças. Mesmo assim, tiveram a preocupação de procurar não praticar aquilo que era muito criticável pelos cidadãos, e bem, e que alguns não tinham essa consciência, só porque mudavam os partidos políticos, abandonava-se tudo. Não parecia que fosse isso que os cidadãos queriam, não era isso que as pessoas que assumiam o interesse público, de uma forma que poderiam dizer que era ingénuo, mas pelo menos sincera, deviam fazer. -----

----- Esses projetos não quiseram ser nenhuma novidade, nenhum espalhafato, que iam ser os melhores do mundo e fazer uma festa. Achava até ridículo, e por isso não gostaria de ter esse papel. Procurou-se sim, dar resposta às necessidades das pessoas. -----

----- Alguma inovação seria na metodologia, não era nada de brilhante, não achava que fossem geniais. O investimento na educação parecia ser o que era sentido pelas pessoas, se havia uma oportunidade e tinham os interlocutores necessários, tinha a vontade das famílias, das escolas, era uma oportunidade para dar os primeiros passos com alguma solidez, para começar a construir esse caminho, e optou-se por isso. -----

----- Quanto ao teatro em cada bairro, também foi uma questão de gestão financeira. Era um equipamento, por enquanto, inútil para os fins que podia servir. Se não estava em erro, levava quase 900 pessoas e havia poucos equipamentos em Lisboa. Foi utilizado em tempos, por instituições ligadas à igreja, nomeadamente o patriarcado. Tinha até um pequeno palco, um pequeno fosse de orquestra. -----

----- Foram lá com os técnicos mais competentes da CML, e com o pouco investimento que estava previsto para haver uma nova sala, ainda por cima com uma parceria, não investindo de novo e havendo algo que podia ser bem utilizado, que a comunidade já tinha e só faltava um investimento razoável para ser disponível à comunidade, procurou-se ir por esse caminho, porque os recursos públicos eram de todos e eram sempre escassos. -----

----- Quanto ao Cinema King, ao chegar, era das primeiras coisas que tinha falado com o Vereador Diogo Moura, que era uma oportunidade, como o Carlos Moedas estava sempre a dizer que ia fazer um teatro em cada bairro, que comprassem o King, só que infelizmente já estava comprado. Aliás, os promotores desse projeto privado pediram uma reunião cerca de um ano atrás, para dar apoio a apresentarem um projeto ao PRR e outras coisas mais. A Junta disse logo que sim, era mais um equipamento, não implicava investimento da Câmara, nem da Junta, e não havia razão para dizer que não. -----

----- Gostaria de ter um equipamento que permitisse uma diversidade de oferta. O auditório de São João de Brito não permitia tudo, como era óbvio. Desde logo não era uma instituição pública, no sentido da Freguesia, não eram os titulares da propriedade, tinham uma parceria. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que tentaram ser o mais abrangentes possíveis, não fechando os olhos àquilo que foram as propostas políticas dos vários partidos, que se tentou incluir e ser o mais transversal possível naquilo que eram as preocupações dos Fregueses. A Freguesia não aumentou de tamanho, era a mesma, e os problemas eram semelhantes. -----

----- Era certo também, que algum trabalho já estava iniciado de anteriores mandatos e, por isso, também tentaram manter alguns dos projetos que eram preocupações anteriores, porque acreditava que o anterior Executivo fosse tendo em conta aquilo que ia ouvindo nas várias Assembleias de Freguesia e as pessoas que viviam e trabalhavam em Alvalade. -----

----- Sobre o Parque José Gomes Ferreira, era um problema transversal e tinham recebido na Junta de Freguesia vários contributos ou pedidos da população para requalificar efetivamente o parque. Como todos sabiam, precisava de uma intervenção profunda do ponto de vista de requalificação dos caminhos existentes, da iluminação pública que era preciso colocar, até por questões de segurança, na Mata de Alvalade, criar novas instalações sanitárias, mudar mobiliário urbano e criar condições para poder haver outro tipo de atividades naquele parque. Dar-lhe um maior uso, para que não só os cidadãos de Alvalade o pudessem utilizar de forma mais frequente. -----

----- Quanto às medidas de segurança rodoviária ali inscritas, essa verba era maioritariamente para intervenção na Avenida Santa Joana Princesa e Dom Rodrigo da Cunha, um estudo prévio que já estava feito pelo Município de Lisboa e que nunca tinha

sido executado, esperando que agora pudesse ver a luz do dia e que era tão necessário naquela zona da Freguesia. -----

----- Em relação aos pavimentos pedonais, a verba ali inscrita numa fase inicial era para a Avenida de Roma, no troço entre a Praça de Alvalade e a Avenida do Brasil. Isso por várias razões, não só porque tinham recebido algumas solicitações nesse sentido e até do Regimento de Sapadores Bombeiros, porque havia pessoas idosas com dificuldade na mobilidade e a andar naquele pavimento. Era uma necessidade que devia ser resolvida.

----- Se existisse verba ainda para outras intervenções, iriam intervir de forma a mitigar algumas situações mais prementes na Avenida da Igreja e na Avenida Santa Joana Princesa e Dom Rodrigo da Cunha. Tinham de ver se do ponto de vista orçamental seria possível fazer.-----

----- Em relação às verbas ali inscritas, foi feito algum trabalho de casa, mas muitas dessas medidas careciam de um trabalho muito mais aprofundado. Só com o dinheiro do CDC de mandato seria possível iniciar esse estudo. Havia projetos que podiam custar menos ou custar ligeiramente mais, o valor não podia ser ultrapassado dentro desses capítulos e tentariam fazer o máximo com as verbas que eram atribuídas neste contrato de delegação de competências.-----

----- Havia outra intervenção que lhe parecia importante, no Bairro de São Miguel e, principalmente, na envolvente da escola. Pelo menos alguns dos Membros presentes tinham consciência que, quando havia intervenções nas escolas, o perímetro de intervenção, apesar da empreitada estar contratada para o perímetro da escola, a verdade era que os espaços verdes envolventes e o espaço público envolvente, por vezes, era degradado e depois não era repostado pelo empreiteiro e pela CML. Era um esforço que acharam necessário, para repor ali alguns espaços verdes no Bairro de São Miguel, na envolvente da escola, em virtude das obras que foram realizadas há pouco tempo.-----

----- Outro que lhe parecia muito importante e que já estava inscrito no CDC adicional que a Câmara Municipal de Lisboa tinha celebrado com a Freguesia de Alvalade, a requalificação do campo de jogos da Teixeira de Pascoais. Era uma necessidade premente, pelos motivos que o Senhor Presidente da Junta já explicou. Diria que era das intervenções mais importantes e mais urgentes que teriam de realizar num curto espaço de tempo.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 133/2023, relativa à celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, com vista ao desenvolvimento de intervenções no âmbito dos Eixos Programáticos “Territórios Próximos”, “Territórios Sustentáveis”, “Territórios Dinâmicos”, “Territórios Solidários” e “Territórios Saudáveis”, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 3 abstenções (CDU e BE) ---

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 130/2023, relativa à 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023;**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Tesoureiro.-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que tinha uma nota prévia sobre um ponto anterior, mas a sua obrigação era deixar bem esclarecido e reforçar o que foi dito em relação ao número de trabalhadores da higiene urbana.-----

----- No mapa de pessoal da Junta de Freguesia de Alvalade foram absorvidos lugares que estavam a termo incerto para tempo indeterminado e, com o CDC, podiam contratar mais três pessoas. Foi isso transmitido e que de alguma forma queria reforçar.-----

----- Em relação à alteração ao Orçamento, resultava unicamente da direta transposição para o Orçamento destes CDCs que acabaram de ser aprovados, para os anos de 2023 a 2025. -----

----- A Junta de Freguesia de Alvalade iria receber, ao longo dos próximos três anos, caso executasse as verbas previstas, um total de 3.048.218 euros, para aplicação nas diversas intervenções já ali explicadas e que se encontravam distribuídas pelos cinco eixos. -----

----- Considerando que o cronograma financeiro previa a transferência da primeira prestação de 20% após a outorga do contrato, e a segunda prestação, igualmente de 20%, após a execução de 10% do valor contratado, considerou-se que, em 2023, e tendo em conta os prazos necessários para lançamento dos procedimentos, estava-se em julho, apenas seriam recebidos os primeiros 20%, no valor de 609.643,60 euros. -----

----- Assim, estavam criadas as rubricas orçamentais que iriam acomodar a receita prevista no contrato de delegação de competências com a Câmara Municipal de Lisboa. Nessa fase, a repartição de encargos atribuída a cada intervenção era meramente indicativa, resultante da aplicação da mesma regra de repartição de encargos da receita. -----

----- Em 2024 e 2025, o procedimento seria repetido, seriam incluídas as rubricas de acordo com a repartição de receita e de encargos prevista em cada contrato de delegação de competências, com os devidos ajustamentos, resultantes da execução de cada uma das intervenções, e mantendo assim um equilíbrio entre a receita e a despesa executada. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 130/2023, relativa à 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, BE, IL, MMA e Chega) e 2 abstenções (CDU) -----

----- **Ponto 7 — Apreciação, discussão e votação da Proposta 131/2023, relativa à designação do auditor externo pela certificação legal de contas;**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Tesoureiro.-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que em 15 de junho de 2022 o Executivo apresentou esta mesma proposta para o ano de 2022, mantendo-se os mesmos pressupostos, em 2023, dessa revisora oficial de contas, tendo sido sempre pontual e corretamente apresentadas pela sua empresa todas as obrigações resultantes dos serviços que com a mesma foram contratualizados. -----

----- De forma muito normal, o que o deixava muito à vontade, tinha a honra de propor, para o ano 2023, a continuação da entidade Telma Carreira Curado e Associados, Sociedade Revisora Oficial de Contas, Lda., como auditor externo, para certificação legal das contas da Junta de Freguesia de Alvalade, relativas ao ano 2023. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 131/2023, relativa à designação do auditor externo pela certificação legal de contas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8 — Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 134/2023, relativa à celebração de adenda ao Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Cultural e Social de Seniores de Lisboa;**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que esta necessidade de apresentar uma adenda ao protocolo resultava de um incidente, um facto não esperado, o incêndio nos Coruchéus, que teve como consequência deixar sem instalações a associação sénior. Nesse sentido, a Junta de Freguesia procurou encontrar uma alternativa, enquanto a solução mais definitiva não estivesse realizada. Como constava também do inquérito que foi feito, estando os moradores a indicar um equipamento intergeracional ou outro

parecido, mesmo de acordo com a vontade dos moradores, essa solução poderia ser viável, retomando naquele local a sede da associação, e ao mesmo tempo não deixar sem local, para nesse período, desenvolver as suas atividades. -----

----- Estava em causa uma associação de seniores. Não valia a pena os políticos fazerem discursos sobre a promoção do envelhecimento ativo e depois não criarem condições para que ele se exercesse. Nesse sentido, parecia simples esta proposta, que ainda por cima era um apoio não financeiro. Era na verdade, a utilização de uma sala no edifício, para que a associação continuasse a desenvolver as suas atividades. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que tinha dois pedidos de esclarecimento e que um deles em particular o preocupava. -----

----- Ressalvando qualquer erro ou má leitura sua na pesquisa, esta associação era representada pelo Doutor Mário e era chato o Senhor não ter apelido, podia ter Doutor Mário qualquer coisa. Depois, dizer que o Doutor Mário não aparecia como Presidente de nenhum dos três órgãos sociais da associação. Seria de retirar e voltar na próxima sessão, pelo menos, pelo que estava no site da associação, que podia ter erros, mas este tinha um documento explícito, em que dizia que os órgãos sociais eram: Presidente da Mesa da Assembleia Geral – José Carlos Ferrana; Presidente da Direção – Olímpia Henriques de Almeida; Presidente do Conselho Fiscal – Francisco Diogo Pedro Simão.

----- Seria obviamente uma falha, mas queria evitar que pudesse ser outra situação, de apropriação de um Doutor Mário qualquer coisa, numa associação que dizia respeito aos seus sócios e não a uma pessoa só. -----

----- Não sendo possível confirmar a idoneidade, sugeria que fosse retirada. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha toda a razão na questão levantada e que não tinha dado conta. Era uma associação que tinha reunido com a Junta, com os serviços, para se fazer esta adenda ao protocolo e o objeto era óbvio. -----

----- Sabiam que houve uma alteração dos órgãos sociais, porque apresentaram esses documentos, mas de facto havia ali uma referência que não fazia sentido. Era um erro material, que tinha de ser emendado, mas também não ia nenhum mal ao mundo, só era representante legal quem estatutariamente tivesse essa capacidade, de acordo com os sócios que elegeram. Teria de ser essa pessoa a celebrar o protocolo. Não iriam ficar sem sala por causa disso, mas era uma falha. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que era um protocolo já muito antigo, vinha do tempo do Campo Grande e aproveitava para saudar o Presidente Valdemar Salgado, tinha uma ligação de longos anos com o território. Teria sempre de ser assinado pelos órgãos sociais e era uma gralha. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 134/2023, relativa à celebração de adenda ao Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Cultural e Social de Seniores de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 9 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 128/2023, relativa à ratificação da decisão de celebração de “Protocolo” com EduRumos Educação, Lda. - Escola Profissional de Tecnologia Digital;** -----

----- **Ponto 10 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 129/2023, relativa à ratificação da decisão de celebração de “Acordo de Parceria” com a o IEDP, Instituto de Educação e Desenvolvimento Profissional – Escola Profissional;** -----

----- **Ponto 11 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 135/2023, relativa à ratificação da decisão de celebração de “Protocolo” com Magensinus, Empresa Promotora de Serviços de Ensino, S.A. - Escola Profissional Magestil;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia entendeu de colocar à discussão os 3 Pontos em conjunto, sendo a sua votação separada.

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que os pontos 9, 10 e 11 não tinham nenhum mérito da Junta de Freguesia, não eram iniciativas da Junta, que se limitou a colaborar com os proponentes de candidaturas à obtenção de verbas no quadro do PRR, respeitando as regras estabelecidas, e bem, pela entidade competente, neste caso, o Governo. Apresentaram minutas com estes requisitos, e uma das condições que valorizava as candidaturas, eram parcerias com as autarquias. Como não havia custos inerentes e todos os projetos propostos visavam criar condições de melhorias em instituições de educação e formação, pareceu que a Junta de Freguesia tinha o dever de colaborar. -----

----- Era uma decisão que caberia às entidades da administração central encarregadas de gerir as candidaturas ao PRR, de avaliar e decidir. Era só um compromisso de colaboração com as instituições com sede na Freguesia, na área da educação e formação, e que pareceu que não podiam dizer que não. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que de certa forma o Senhor Presidente da Junta de Freguesia já tinha respondido, mas a pergunta era um pouco saber em que consistiam os protocolos, que atividades concretas iriam daí resultar, principalmente em relação ao EduRumos e que custos/benefícios para a Freguesia poderiam resultar. -----

----- Em relação à Magensinus, perceber se iam receber os alunos como estágios, se havia pagamentos dos estágios. -----

----- No fundo era saber, qual o papel da Junta em cada um dos três protocolos. Tinham uma orientação de voto, mas para decidir o voto final. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não tinha grande informação sobre isso, a não ser a análise dos protocolos feita com os serviços e as contrapartidas propostas. Houve a preocupação de saber porque eram aquelas minutas e da informação que recolheram, as minutas tinham de seguir as condições e os trâmites estabelecidos pelo Governo e era sempre assim. -----

----- A Freguesia só tinha um papel de apoio. Havia contrapartidas, porque alguns investimentos iam ser feitos na melhoria das condições de instalações e bens. Não podiam exigir, ou parecia que estavam a fazer um negócio com os objetivos dessas instituições, todas elas de formação e de ensino. -----

----- Parecia, por si só, que a comunidade de Alvalade ganhava se melhorassem as condições de instalação e equipamentos dessas instituições, que estavam ali sediadas. Os alunos que lá estivessem a aprender também ganhavam e era para isso que servia o PRR, para criar melhores condições e haver melhores investimentos. -----

----- Seria muito difícil, a não ser que fosse um motivo legal ou contrário à ordem pública, que não se associassem a essas candidaturas. Aliás, era muito comum ter acontecido isto em quase todas as Freguesias, porque eram as regras do PRR. -----

----- Limitaram-se a apoiar, não tinham qualquer mérito nestes contratos. Os serviços jurídicos verificaram se havia alguma questão a levantar, não foi levantada qualquer questão. Eram parceiros, porque se tratava de uma mais-valia reconhecida pelo Decreto-Lei que estabelecia essas regras e condições e não podiam dizer que não, esperando que os projetos chegassem todos a bom porto, porque havia melhoria das condições de instituições sediadas em Alvalade e isso era uma mais-valia para a Freguesia. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que se iriam abster neste caso concreto. Se depois os protocolos fossem positivos e houvesse financiamento para as entidades, provavelmente teriam mais discussão. -----

----- Foram as entidades que contactaram a Junta diretamente, como tinham necessidade de fazer e isso estava no site dos centros tecnológicos e exploratórios, era possível ver lá a informação toda, mas queria perguntar se a Junta tivera alguma iniciativa em contactar as escolas, nomeadamente, até para utilizar essas mesmas verbas do PRR para ensino profissional ou até algumas situações das CTEs também para as escolas públicas. Parecia que os agrupamentos na Freguesia tinham estado um bocado parados na procura de recursos alternativos para melhorar as condições dos alunos que ali lecionavam. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, por exemplo, no caso da Magensinus, até já havia um protocolo com a Junta de Freguesia. Havia uma relação de colaboração, tiveram reuniões com eles, e visava-se aprofundar e melhorar, mas isso era o normal, todos queriam mais. -----

----- Quanto às outras duas instituições, foram só contactados e não tiveram qualquer iniciativa, porque essas medidas em concreto, foram criadas para este tipo de instituições, para os CTEs, que a Freguesia não era. -----

----- Na Magensinus, estava previsto depois disso, até uma adaptação ao protocolo existente, para acrescentar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 128/2023, relativa à ratificação da decisão de celebração de “Protocolo” com EduRumos Educação, Lda. - Escola Profissional de Tecnologia Digital**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, BE, IL e Chega) e 3 abstenções (CDU e MMA) -----

----- Submeteu à votação a **Proposta n.º 129/2023, relativa à ratificação da decisão de celebração de “Acordo de Parceria” com a o IEDP, Instituto de Educação e Desenvolvimento Profissional – Escola Profissional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, BE, IL e Chega) e 3 abstenções (CDU e MMA) -----

----- Submeteu à votação a **Proposta n.º 135/2023, relativa à ratificação da decisão de celebração de “Protocolo” com Magensinus, Empresa Promotora de Serviços de Ensino, S.A. - Escola Profissional Magestil**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, BE, IL e Chega) e 3 abstenções (CDU e MMA) -----

----- **Ponto 12 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 120/2023, relativa às normas de participação da 9ª edição do Mercado de Natal em Alvalade, no que respeita às taxas devidas pela ocupação de espaços no “Mercado de Natal em Alvalade 2023”, previstas no Anexo III da referida proposta.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que era a nona edição. O Natal ainda parecia estar longe, mas nessas matérias, quanto maior preparação tivessem, melhor seria.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que as oito edições anteriores correram muito bem, principalmente a última, de acordo com o *feed-back* que receberam dos participantes e dos visitantes do Mercado de Natal. Neste ano, teriam as mesmas vinte e duas estruturas de madeira, onze delas eram propriedade da Junta de Freguesia e que recuperaram muito recentemente.-----

----- Estava em questão as taxas que seriam cobradas aos comerciantes que iriam participar nesta nona edição do Mercado de Natal. A taxa diária proposta era de 65,85 euros, um cálculo facilmente explicável. Partiam da base do ano 2020/2021, em que a taxa era de 57,90 euros, em 2022 a inflação registada foi de 7,8%, o que dava um valor de 62,42 euros e para 2023, de acordo com uma projeção do Banco de Portugal, a taxa de inflação era de 5,5% e dava um valor de 65,85 euros, sendo que haveria um desconto de 50% para os comerciantes com estabelecimento no território da Freguesia de Alvalade. -----

----- Para além das vinte e duas estruturas que a Junta de Freguesia iria colocar no local, poderiam concorrer comerciantes que tivessem a sua própria estrutura e os artesãos inscritos como sócios na Associação de Artesãos de Lisboa, cuja sede estava sediada na Freguesia. -----

----- Parecia estar bem explicado. Aqueles que fossem participar e se não houvesse a separação de dois turnos no Mercado de Natal, durante doze dias, e aqueles que não tivessem sede ou que não tivessem esse desconto de 50%, para esses doze dias, pagariam cerca de 790 euros, se só participassem seis dias, era metade desse valor, com estrutura própria, metade do valor dos doze dias, e se fossem seis dias, era metade do valor dos seis dias, caso tivessem a estrutura de madeira própria.-----

----- Para os comerciantes com estabelecimento no território da Freguesia, era metade dos valores acima assinalados. -----

----- A proposta era muito semelhante à do ano anterior, sendo certo que a taxa diária foi atualizada de acordo com a taxa de inflação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** recordou que já se tinha pronunciado várias vezes sobre esta proposta noutros momentos e teria uma votação se calhar diferente. ----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que essa era uma pergunta que iria fazer, uma vez que este regulamento, segundo o Senhor Presidente, podia pôr em risco a concorrência com o Direito Europeu. -----

----- Uma vez mais tinham um aumento, de 62 euros por dia, por estrutura, para 65,85 euros. Tinha feito as contas e dava 6,2%, mas o Senhor Vogal dizia que a inflação foi 5,5%. Já achava um exagero os 5,5%, não fazia sentido, mas agora tinham um erro e uma contradição, na argumentação que foi apresentada, porque o aumento era de 6,2%. -----

----- O que se via era a senda de aumento de taxas, que tinha sido feita pelo atual Executivo, sucessivamente. Via-se um aumento de 57,90 euros, para 65,85 euros, em dois anos. Também o “*Alvalade em Férias*” era gratuito e passou a ser pago, brutalmente, e tiveram há pouco tempo uma comunicação do freguês Joaquim Moreira que surpreendeu, ou talvez não, que também as atividades promovidas pela Junta de Freguesia para os jovens há mais tempo, passariam a ser pagas. Pelo menos, foi a comunicação que lhes chegou, e era nesse pressuposto que estava a falar. -----

----- Era um exagero aquilo que a Junta tinha vindo a fazer, taxando agressivamente os fregueses e os utilizadores da Freguesia. No passado, tinha sido apanágio tentar devolver o máximo dos dinheiros públicos, através dos serviços que eram proporcionados aos fregueses, e o que se via era um sucessivo aumento e de forma muito aguda. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que não sabiam quanto a Junta esperava arrecadar com este aumento, mas numa altura em que toda a gente passava por dificuldades, nomeadamente os pequenos comerciantes, seria dado um bom sinal se, desta vez, a Junta, apesar da inflação, mantivesse os preços do ano anterior. -----

----- Dava uma opinião pessoal, não tinha visto que a última edição do Mercado de Natal fosse melhor do que as anteriores. Era uma questão de opinião. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que a taxa do ano anterior era de 62 euros e multiplicando por 5,5, dava 65,41 euros. Os pormenores de mais cêntimo ou menos cêntimo eram um pouco irrelevantes, relevantes eram os aumentos progressivos que a Junta de Freguesia tinha feito sobre tudo e qualquer coisa que mexesse. -----

----- Desafiava o colega Membro da IL, não sabia qual era a sua opinião pessoal, mas o partido era sempre tão cioso destas coisas e ali era sempre tão silencioso. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que também tinha ficado surpreendido pela comunicação do Senhor Joaquim Moreira e já começava a perceber quem a escreveu, porque não correspondia à verdade. Não havia nenhuma proposta em cima da mesa e, que soubesse, os titulares dos órgãos políticos eram julgados pelos atos e não pelas opiniões que pudessem emitir, ou a que pudessem estar sujeitos. Por isso, cabia aos cidadãos julgar e avaliar a capacidade demonstrada. -----

----- Quanto ao objeto da proposta, na verdade, não havia nenhum aumento, havia um critério racional e objetivo, que era a inflação. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que não valia a pena rir, porque era assim, e não era por rir, que deixava de o ser. -----

----- Havia uma inflação. O próprio Governo, que o PS apoiava diretamente, reconhecia isso, e tinha falado várias vezes dessas necessidades, até com alguma preocupação. Aliás, essas taxas foram criadas quando iniciaram, e bem, não estava a criticar, o Mercado de Natal. -----

----- Todo o dinheiro utilizado pela Junta de Freguesia era pago pelos cidadãos, sem qualquer interesse direto, iam ou não ao Mercado de Natal, estivessem ou não em Alvalade, eram eles que pagavam, e se fossem ver nos resultados das contas finais, que eram transparentes, era sempre maior o esforço financeiro desses cidadãos que não iam e que pagavam com o Orçamento da Junta de Freguesia. -----

----- As taxas serviam exatamente para que aqueles que tiravam maior partido do serviço prestado, contribuíssem mais do que os outros. Era nesse princípio que ela foi aplicada, e bem, em mandatos anteriores, não estava a criticar, e que era aplicada em todo o País. Claro que havia uma inflação. -----

----- Portanto, das duas uma, ou defendiam, porque já não estavam com responsabilidades diretas na gestão da coisa pública, que a Junta penalizasse os cidadãos normais, que não tinham interesses diretos com aquele mercado, e a Junta pagava tudo com o dinheiro deles, dos impostos e das taxas, ou os comerciantes que tinham direito

interesse, e legítimo, na atividade comercial que desenvolviam, pela utilização do espaço público e de meios públicos, por outros equipamentos e infraestruturas, que eram necessárias, ligações à rede, segurança. Aquilo que também tinham, dessa experiência ou pelo menos, deviam ter, parecia que já se esqueceram, custos que todos os cidadãos pagavam, para que o Mercado de Natal fosse desenvolvido e realizado. -----

----- As taxas eram criadas precisamente para esses fins, para aqueles que tiravam diretamente benefício da utilização de bens públicos pagassem mais do que os outros, e nesse sentido, não havia nenhum aumento, porque o critério era objetivo, e nem sequer era da Junta. Era o Banco de Portugal que determinava qual a taxa de inflação, não foi um critério criado pela Junta.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que havia uma questão, o Membro José Ferreira normalmente compreendia tudo muito bem, mas aí devia ter sido alguma falha de compreensão certamente. -----

----- O que tinha dito era, que esse valor partiu por base do ano 2020 e 2021, e colocando a taxa de inflação real do ano 2022, dava 62,42, e aplicando uma taxa previsional do Banco de Portugal, a março desse ano, era 5,5%, o que dava os tais 65,85 euros.-----

----- As contas do Membro José Ferreira estavam bem feitas, se a base fosse o ano anterior, mas neste caso, a base foi o ano de 2021, em que aplicaram a taxa de 57,90. ---

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que foi mencionado quererem prejudicar alguém e isso era falso. Era uma técnica que o Senhor Presidente da Junta usava muito, pôr a palavra nos outros, para tentar qualificar as suas posições, em vez de ouvir. -----

----- Os aumentos eram aquilo que se sentia no bolso das pessoas, se no ano anterior pagavam 62 e passavam a pagar 65,85 euros, era isso que contava. -----

----- Também informava o Senhor Presidente da Junta, que o Banco de Portugal não determinava nenhuma taxa, estimava uma taxa. Quem verificava a taxa era o INE. Era só uma tecnicidade. -----

----- Antes, criaram taxas e levaram propostas para isenção de taxas durante o tempo da pandemia, que foram votadas favoravelmente pelo PSD, no geral a Assembleia votava todas por unanimidade. Já o atual Executivo levou há pouco tempo uma proposta para amenizar os aumentos que decorriam do regulamento de taxas aplicado no Mercado de Alvalade. -----

----- Portanto, era uma opção política, a todo o momento, querer-se amenizar as taxas praticadas, neste caso, aos comerciantes. O Executivo já teve uma opção política no sentido de amenizar as taxas a praticar nos comerciantes do Mercado de Alvalade. -----

----- A ideia de aumentar taxas era uma opção política e podia-se aumentar mais, ou zero, ou só metade, mas a opção política do Executivo foi pelo máximo, de uma conta que foi feita e era discutível que fosse assim, mas admitia que pudesse ser assim, era pelo valor maior. Essa foi a escolha do Executivo. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não tinha mais nada a acrescentar, porque já tinha explicado que o critério utilizado não era da Junta, foi um critério do Banco de Portugal, como podia ser outro qualquer, foi a taxa de inflação. Se as pessoas não queriam aceitar, era também uma opção política. O Executivo assumia a

responsabilidade política e propunha assim, porque o valor que os cidadãos pagavam, utilizando os dinheiros públicos afetos à Junta, era muito superior a essa taxa. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que não tinha percebido se era uma pergunta ou não, mas ficavam de facto satisfeitos que fosse uma preocupação. Já não era a primeira vez que se referia a IL quando o tema era este, o tema das taxas e das taxinhas, e ficavam agradados que o PS seguisse a agenda da IL no que tinha a ver com as propostas de taxas e taxinhas e com a economia. Um Estado mais magro, mais assertivo nas ações que promovia. -----

----- Esperava que tivessem isso em consideração também nos futuros projetos lançados pelo PS, tanto a nível local, como nacional. Em Alvalade, tinham a prova que o Partido Socialista era mais um agente a seguir a agenda da Iniciativa Liberal, era uma conquista, e muito boa, para a IL. Estava publicamente dito que o Membro do PS seguia os princípios da IL. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que as taxas em Alvalade, por exemplo do “*Alvalade em Férias*”, eram gratuitas antes de haver Iniciativa Liberal. Gostava de o ver votar no sentido daquilo que a IL disse, mas na verdade as taxas que eram praticadas em Alvalade e que agora eram muito maiores, foram anteriores à IL. Portanto, não sabia se foi a IL que copiou das taxas praticadas e que eram gratuitas. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que algumas coisas não podiam ficar em claro. Uma coisa que lhe admirava era um agente político com alguma experiência não ter consciência que tudo o que o Estado e as entidades públicas faziam não era gratuito, dependia do esforço dos cidadãos quando pagavam impostos e taxas. Essa coisa de dizer que as taxas eram gratuitas, era porque alguém pagava. -----

----- Os funcionários, os voluntários, os equipamentos, as refeições, não eram gratuitos, os transportes não eram gratuitos. Alguém pagava, e das duas uma, havia uma opção: ou pagavam todos, ou pagavam aqueles que se serviam ou que utilizavam melhor o serviço, para que não pagassem todos. -----

----- Não eram materialistas, do ponto de vista da ideologia marxista, nunca iriam seguir o igual para tudo, não eram dessa esquerda. Achavam que, quando os cidadãos tinham de pagar tudo, aqueles que mais diretamente usufruíam de um bem público podiam ter um esforço maior. Nesse caso concreto, havia uma inflação, não foi um aumento por quererem ter mais lucros ou mais vantagens. Iam prestar contas e o esforço dos cidadãos no Mercado de Alvalade era duas ou três vezes mais, mesmo sem sequer terem necessidade de ir ao Mercado de Alvalade. -----

----- A parte gratuita era muito maior do que essa taxa que os comerciantes com algum benefício tinham, esperando que tivessem muito. Era a favor da iniciativa privada e que tivessem muito lucro, era só isso. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que iam oito anos em que os impostos não baixavam em Portugal e a taxa de esforço dos cidadãos aumentava todos os anos. -----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 120/2023, relativa às normas de participação da 9ª edição do Mercado de Natal em Alvalade, no que respeita às taxas devidas pela ocupação de espaços no “Mercado de Natal em Alvalade 2023”, previstas no Anexo III da referida proposta**, tendo a

Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 9 votos contra (PS, CDU e BE) -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira, para uma declaração de voto.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“O Partido Socialista votou contra, naturalmente somos a favor do Mercado de Alvalade. Aliás, é um programa que foi dinamizado por nós e criado por nós, que muito bem este Executivo continuou e continua. Agora, o aumento brutal das taxas que têm vindo a ser cobradas faz-nos votar contra, em particular e precisamente por esse motivo.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em minuta referente às deliberações tomadas na presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com dois votos contra da CDU e restantes votos a favor.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira, para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“É só para mais uma vez salientar o sermos forçados a manter a nossa votação contra, mas já está esclarecido e quem quiser consultar a gravação da última sessão poderá fazê-lo, não ainda da ata da última sessão, porque não está terminada, mas temos esperança que aconteça em breve.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião. Eram vinte e três horas e quarenta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -

-----O PRESIDENTE-----